

## ***VOU PROCESSAR MEUS PROFESSORES\****

---

**DOMINGOS FRANCIULLI NETTO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Estou pensando seriamente em ingressar com ação indenizatória contra meus professores de Direito, ou sucessores, se vivos não estiverem, por ensinamentos enganosos, pois, naquela ocasião, eu era um mero consumidor do saber.

No verdor de meus 20 anos, na mais absoluta boa-fé, acreditei nos professores – pessoas da melhor qualidade, de fino trato, de notável saber jurídico e de caráter sem jaça –, e nas lições que me ministraram.

Assim é, a título de mero exemplo, que o exímio e saudoso professor José Frederico Marques ensinou-me que o processo era a alma do procedimento e se caracterizava por uma sucessão de atos; em poucas palavras, um andar para frente.

Hoje, o que se vê, infelizmente, é que o processo anda para todos os lados, menos para frente e há demandas que já completaram alguns decênios sem resultado final prático.

O preclaro e saudoso professor José Horácio Meirelles Teixeira, administrativista e constitucionalista de primeira linha, dizia com a convicção própria dos justos e dos idealistas que a Administração não podia intentar ações temerárias; ao contestar o feito, não lhe era dado argüir preliminares asnáticas (não me lembro bem de que eufemismo o mestre se valia para dizer a mesma coisa); que deveria manter absoluta fidelidade à matéria fática; e, por fim, só recorrer das sentenças, se houvesse, no mínimo, dúvida razoável. Criar incidentes de execução, nem pensar. No particular, rematava, a um Poder não é dado assoberbar

---

\* Artigo publicado na Folha de S. Paulo, seção “Tendências/Debates”, edição de 13 de janeiro de 2004.



outro, pois, afinal de contas, os Poderes são derivados da mesma soberania nacional.

Lições que não foram sequer ouvidas, mesmo depois da atual Constituição da República, que insculpiu em seu texto, no caput do artigo 37, o seguinte:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)”.

Aliás, a própria Constituição acabou criando para a Administração um nunca visto facilitário, primeiro, a permitir o pagamento de dívidas com os particulares em parcelas anuais durante oito anos; depois, por incrível que possa parecer, espichou essa “colher de chá” para pagamentos em dez anos.

Nos dias que correm, o que se vê é a Administração, direta ou indireta, tentar resolver seus crônicos problemas de caixa ao servir-se despudoradamente do Poder Judiciário.

Por derradeiro, nesta pequena amostragem, o não menos erudito e também saudoso professor Ruy Barbosa Nogueira ministrava a seus alunos que, em Direito Tributário, ao contribuinte deveria o ente tributante dispensar tratamento absolutamente simétrico e isonômico na restituição dos tributos indevidamente recolhidos aos cofres públicos, no que tange ao valor, à correção monetária, aos juros, aos prazos e consectários legais.

Não é preciso dizer o que ocorre quanto a este último aspecto, seja nos intermináveis processos de devolução de valores indevidos, seja quanto aos incidentes criados com os precatórios. Mesmo tratando-se de

tributos ou contribuições declarados inconstitucionais, não raro a lei impõe ao contribuinte compensação em parcelas.

Ao adquirir um veículo automotor, o contribuinte paga uma série de tributos (IPI, ICMS, taxa disso, taxa daquilo). Todo o santo ano tem de saldar o IPVA – via de regra sempre corrigido acima dos índices que medem a inflação –, a taxa de renovação de licenciamento etc.

Presume-se que o contribuinte compra o veículo para rodar. Ou não? Mas, se ele quiser sair por aí a dirigir, tem de responder por salgados pedágios, para a conservação das estradas.

“Governar é abrir estradas” era o lema de Washington Luiz; subentende-se também conservá-las com o produto dos impostos gerais.

A exemplo dos professores, já não se faz administradores como antigamente.

Por essas razões e por inúmeras outras é que tudo o que aprendi não se aplica hodiernamente. Estavam errados os insighes professores ou estão errados os administradores dos novos tempos? Caso a primeira opção seja a correta, o caso é de ação indenizatória por ensinamentos enganosos; da escolha da segunda não há cogitar, pois os deuses nunca erram.

Escrevi essas linhas em homenagem à memória do grande tributarista Alfredo Augusto Becker, que lembrava, de seu próprio saber e inspirado nas lições de Bergson, que “o humor acorda a consciência”, dos que ainda a têm, é claro. Se não fui feliz é porque não sou humorista nem tributarista; aliás, não sou nada, pois a tanto equivale quem foi aprendiz de lições que hoje não valem absolutamente nada.